

Congresso quer evitar custos de convocação

Geraldo Magela

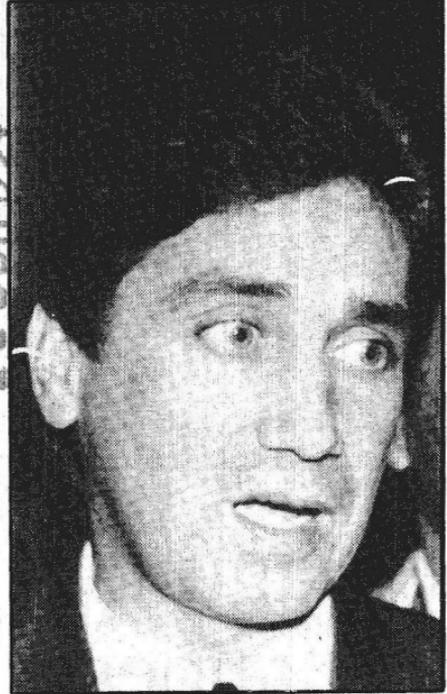
CLÁUDIA CARNEIRO

O Congresso Nacional deverá adiar a votação da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), na pauta desta semana, para evitar uma convocação extraordinária e o pagamento de ajuda de custo aos parlamentares. O recesso constitucional deverá começar na próxima sexta-feira. A decisão deverá ser formalizada na reunião de líderes que acontece hoje, se o jogo entre Brasil e Suécia não esvaziar o encontro. O adiamento do início do recesso parlamentar permitirá que o Congresso tenha tempo de designar a comissão especial que estudará a medida provisória do real, prevista para ser editada pelo Governo na quinta-feira.

Na semana passada, o presidente do Congresso, senador Humberto Lucena, revelou a intenção de convocar os parlamentares em julho, para votar o Orçamento Geral da União (OGU) deste ano. O PT anunciou que vai obstruir a votação da LDO nesta semana, para evitar gastos com a convocação, e forçar o Congresso a aprovar junto o Orçamento, que deverá estar pronto no próximo dia 14. "Neste caso, é melhor empurrar a LDO", concordou o deputado Germano Rigotto (PMDB-RS). Na sua avaliação, o Congresso nem precisa se reunir: não formaliza o recesso e fica autoconvocado para votar o Orçamento.

O Congresso se reúne amanhã à noite para apreciar 16 medidas provisórias editada pelo Governo, com prazo de vencimento entre 30 de junho e 13 de julho. Entre elas, está a que cria 95 cargos de confiança para a Advocacia Geral da União. Segundo Germano Rigotto, todas as MPs podem ser votadas por acordo de lideranças.

Duas Urnas — Os projetos que regulamentam os bônus eleitorais e as duas urnas nas próximas eleições estão na pauta desta quarta-feira da Câmara dos Deputados. Ainda não



Rigotto: "Melhor empurrar LDO"

há disposição dos parlamentares para aprovar a criação das duas urnas, mesmo com a proposta do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) de realizar a apuração simultânea dos votos majoritários (presidente da República, governadores e senadores) e proporcionais (deputados federais e estaduais). "O PFL está liberado para votar, mas não vejo perspectiva que garanta a aprovação do projeto", admitiu o líder em exercício do PFL na Câmara, Maurício Calixto.

O deputado Rigotto acredita que, se os projetos referentes à Lei Eleitoral passarem na Câmara, poderão ser apreciados quinta-feira pelo Senado. Entretanto, o líder do PMDB no Senado, Mauro Benevides, entende que esta é mais uma razão para que os trabalhos do Congresso sejam prorrogados por 10 dias. "O Senado terá que dispor pelo menos desse espaço de tempo para discutir uma proposição que se encontra já há algum tempo na Câmara". A dedução de 50%, no Imposto de Renda, das contribuições às campanhas partidárias deverá garantir a aprovação do projeto dos bônus, segundo Benevides.